

## DO PLANEJAMENTO AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: NOTAS SOBRE O CONCEITO DE REGIÃO

*From planning to regional development: notes on the concept of region*

**Fábio de Oliveira Matos\***  
**Tiago Estevam Gonçalves\*\***

**\*Universidade Federal do Ceará - UFC / Fortaleza, Ceará**  
fabiomatos@ufc.br

**\*\*Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE / Canindé, Ceará**  
tiagoestevam@ifce.edu.br

### RESUMO

Num contexto marcado pela ferocidade técnica, econômica e política, o retorno ao estudo dos conceitos e categorias propõe possibilitar ao indivíduo a reconstruir pilares que contribuem para o conhecimento do objeto pelo sujeito, sendo mediações essenciais para a compreensão do mundo. Assim, este estudo discute o conceito de região como possibilidade explicativa na análise espacial e sua relação no processo de planejamento e desenvolvimento. A metodologia do trabalho é balizada por uma investigação de cunho bibliográfico sobre a relação dialética presente na seguinte tríade conceitual: região, planejamento e desenvolvimento. Para tanto, foi empreendido um levantamento de estudos, nacionais e estrangeiros, sobre a articulação dos referidos conceitos e categorias no âmbito da ciência geográfica. A presente análise, ao dialogar com um amplo leque de autores, apresenta interpretações sobre a organização do pensamento regional, bem como suas possibilidades de compreensão do seu significado na dimensão espacial nela contida, indo do desenvolvimento de superintendências regionais às políticas de desenvolvimento regional do turismo no país. Diante da contemporânea crise do processo de globalização, que não conseguiu suprimir a diversidade espacial, bem como a busca pelo fortalecimento de fronteiras e blocos regionais de poder, nota-se o retorno da região no centro dos debates político-econômicos, evocando a retomada estudos desse conceito na base epistemológica da comunidade geográfica.

**Palavras-chave:** Região. Planejamento. Desenvolvimento.

### ABSTRACT

In a context marked by technical, economic and political ferocity, the return to the study of concepts and categories proposes to enable the individual to reconstruct pillars that contribute to the subject's knowledge of the object, being essential mediations for understanding the world. Thus, this study discusses the concept of region as an explanatory possibility in spatial analysis and its relation in the planning and development process. The methodology of the work is based on a bibliographical research about the dialectical relation present in the following conceptual triad: region, planning and development. To do so, a survey of national and foreign studies was undertaken on the articulation of said concepts and categories within the scope of geographic science. The present analysis, when dialoguing with a wide range of authors, presents interpretations about the organization of regional thinking, as well as its possibilities of understanding its meaning in the space dimension contained therein, going from the development of regional superintendencies to regional development policies of tourism in the country. Faced with the contemporary crisis of the globalization process, which failed to suppress spatial diversity, as well as the search for the strengthening of regional boundaries and blocks of power, we can see the return of the region at the center of the political-economic debates, evoking the resumption of studies on the epistemological basis of the geographic community.

**Keywords:** Region. Planning. Development.

## 1. INTRODUÇÃO

Num primeiro olhar, o conceito de região é possível de ser percebido de modo comum em investigações das mais variadas correntes do pensamento científico. Ao trazer esse termo no entremeio de projetos de planejamento, a riqueza conceitual perde-se diante à fluidez do discurso. Nesse sentido, Morin (2003) ao tratar do paradigma da complexidade, afirma que ao se propor analisar os fenômenos que revestem a humanidade, é necessário que, diferentemente do tratamento empregado na seara das políticas públicas, as ciências sociais possam analisar e compreender a dialética presente nos conceitos que norteiam o pensamento científico.

Nesse contexto, Santos (1994) apresenta importante contribuição à construção da noção do conceito de região ao inserir a importância da compreensão do processo de internalização dos métodos exógenos da construção regional. Nesse sentido, esse conceito parte, portanto, da análise dialética dos fatores internos e externos de sua formação.

Estando esse processo numa construção constante, a região pensada no sentido de planejamento, desenvolvimento e ação estatal vem apresentar perspectivas distintas, dado o momento histórico. Concordamos com Albuquerque Júnior (2009) ao afirmar que em nenhum momento, as fronteiras e territórios regionais podem se situar num plano a-histórico, porque suas elaborações são essencialmente históricas, sob a lógica da perspectiva do foco do espaço, quer seja econômico, político, jurídico ou cultural.

Assim, o objetivo do presente estudo consiste em analisar o conceito de região à luz da formação do planejamento e desenvolvimento regional. Buscando almejar tal objetivo, a reflexão teórica ora proposta foi norteada por uma pesquisa de base bibliográfica e documental. Assim, foram utilizadas fontes diversificadas, partindo desde o levantamento de estudos acadêmicos na seara do processo de regionalização, bem como fontes de “primeira mão” (GERHARDT et al., 2009, p. 69), notadamente o Plano Nacional de Turismo (PNT), que evoca a delimitação regional como marco espacial.

## 2. A GEOGRAFIA E OS ESTUDOS REGIONAIS

Ao tratar sobre a importância da apreensão das conceitualizações existentes na base do objeto pesquisado, Breitbach (1988) afirma que um conceito é um instrumento metodológico do conhecimento, ao qual expressa a essência do objeto; essência esta que, no caso tratado, revela as leis de movimento de uma realidade regional: sua origem, desenvolvimento e, eventualmente, seu desaparecimento. Complementa Breitbach (1988, p. 22):

É preciso compreender, todavia, que o conceito não é somente um pensamento, de vez que, se o fosse, haveria uma radical subjetividade na formulação dos conceitos, de tal modo a inviabilizar a atividade científica. É importante lembrar que o conceito está conectado originalmente com a manifestação fenomênica, de vez que o movimento do pensamento para atingir a essência parte justamente dessa realidade. O conceito é, portanto, pensamento; mas um pensamento que expressa a essência do mundo real exatamente naquilo em que ele é mais real; por conseguinte, é concreto e objetivo.

A referida autora afirma também que o uso indiscriminado desse conceito vem fazendo com que o termo região seja utilizado sem o devido tratamento epistemológico, tendo seu conteúdo utilizado genericamente a fim de delimitar uma infinidade de espacialidades. Dessa forma, apropriase da palavra região tanto para designar uma área onde se localiza certa atividade produtiva (“região da soja”, “região da pecuária”, etc.) como para uma área com determinadas relações de produção (“região de minifúndio”) ou uma área com características geográficas específicas (“região da serra”), sem contar o uso corrente que é feito do termo regional para designar um recorte estadual.

Sobre esse assunto, é interessante observarmos que ao tratar sobre as origens dessa categoria na ciência geográfica, a região encontra-se entremeada à geopolítica, notadamente voltadas à organização política dos estados-nação que se fortaleceram a partir da segunda metade do século XIX. Assim, ao tratar a região do ponto de vista epistemológico, Gomes (1995) atenta que este conceito proporcionaria à Geografia mais do que um objeto próprio, sendo, sobretudo, responsável por “uma interface particular entre a consideração dos fenômenos físicos e humanos combinados e considerados em suas diferenças locais” (GOMES, 1995, p. 59). Desse modo é interessante perceber os dois conceitos-base da Geografia, espaço e região, de modo interacionado no âmbito das relações sociais.

A partir de leituras em torno da compreensão regional, torna-se evidente a associação desse conceito como uma realidade empírica. Tal concepção é possível de ser apreendida desde sua compreensão etimológica, ao qual apresenta sua origem no termo em latim *regere*. Na Roma antiga a palavra *regio* era utilizada para designar áreas, independentes ou não, que estavam subordinadas ao Império (GOMES, 1995). Na sua etimologia, a palavra região indica extensão e poder sobre uma área e foi compreendida ao longo da história sobre diferentes enfoques: “como subdivisão de espaços, como espaços administrativos limitados e hierarquizados” (SUERTEGARAY, 2005, p. 55). Gomes (1995, p. 50-51) afirma que:

[...] alguns filósofos interpretam a emergência deste conceito como uma necessidade de um momento histórico em que, pela primeira vez, surge de forma ampla, a relação entre a centralização do poder em um local e a extensão dele sobre uma área de grande diversidade social, cultural e espacial.

Assim, ao se propor a elaboração de uma teorização sobre o conceito de região, deve-se partir da preocupação em tratar suas formulações teóricas com as formulações causais, havendo a necessidade premente de atualização requerida sob a ótica de cada momento histórico selecionado, buscando dessa forma a elaboração de um conceito presente. Como afirma Silveira (2003, p. 415):

[...] há necessidade de entender o significado do período em cada região, as transformações, o uso atual do território, para que as regiões possam ser de um lado, interlocutores, mas de outro lado, e, sobretudo, produtoras de condições aptas para o trabalho e a vida da população nos lugares.

Nesse sentido, concordamos com Gomes (1995) que trata o percurso histórico dessa conceitualização a partir de três conclusões: a) o conceito de região permitiu, em grande parte, o surgimento das discussões políticas sobre a dinâmica do Estado, a organização da cultura e o estatuto da diversidade espacial; b) o debate sobre esse conceito permitiu também a incorporação da dimensão espacial nas discussões relativas à política, cultura e economia, e no que se refere às noções de autonomia, soberania, direitos, etc.; e, por último, c) foi na Geografia que as discussões atingiram maior importância, já que região é um conceito-chave desta ciência.

Ao longo da história da Geografia, percebemos o papel de destaque do conceito de região, em especial nas décadas de 1940 e 1950, quando o método regional foi foco dos principais estudos geográficos do período. A escola francesa foi a primeira a desenvolver estudos regionais que buscavam interpretar as regiões a partir da relação de seus habitantes com seu entorno; no mesmo período, no meio acadêmico norte-americano tornou-se cada vez mais presente o debate regional nas construções teóricas e epistemológicas da referida ciência (CLAVAL, 1998). Para o período, região e Geografia foram tomadas como sinônimos, e em consequência, nenhum fator social, político ou cultural poderia passar sem uma compreensão regional acerca do espaço (HENAO; REYES, 2009).

Partindo da perspectiva histórica da formação desse conceito, percebemos que no interior da Geografia a apropriação de região apresenta-se sob inúmeras variantes, mantendo diálogo com os diferentes ramos do conhecimento e, também, “com as diferentes concepções dentro da tradição

teórica e metodológica da própria Geografia” (BRITO, 2007, p. 9). Tal assertiva torna-se imperativa ao observar a utilização do termo região desempenhando diferentes papéis na análise da ciência geográfica. A pluralidade conceitual é defendida por Martin (1996, p. 53) ao afirmar que:

Em princípio, esta abordagem evita tanto as ciladas do grosseiro determinismo totalizante do tipo reducionista econômico como o pluralismo sem restrições do pós-modernismo: ela combina a busca de explicações de estruturas profundas com o reconhecimento de que essas explicações são, contudo, diferenciadas de lugar para lugar. Epistemologicamente falando, o relativismo deve ser adotado abertamente pelos teóricos realistas.

A partir dessas questões vale ressaltar que nenhuma construção conceitual sobre região proposto ao longo do tempo nas diversas escolas geográficas pode ser ignorado, ou dado como inválido, ao buscar compreender a própria constituição do que vem a ser tal conceito. Milton Santos (2002), em “Por uma Geografia Nova”, nos questiona sobre a necessidade de atualização desse conceito:

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, a expansão de uma economia internacional que se tornou mundializada etc. explicam a crise da clássica noção de região. Se ainda quisemos conservar a denominação, somos obrigados a dar uma nova definição a palavra (SANTOS, 2002, p.40).

Assim, cabe observarmos *a priori* que o conceito é um pensamento; para formulá-lo é necessário superar o imediato, nas palavras de Lefebvre (1979, p. 223) é preciso sobrepujar a aparência “e descobrir já a unidade essencial dos fenômenos, sua conexão, que não ‘aparece’ imediatamente. (...) O conceito é um produto mais elevado da atividade pensante”, complexo e hermético. Nesse sentido, ao tratar da complexidade da construção conceitual de região, Lencioni (1999) afirma que sua abordagem se tornou obscura devido a quatro fatores essenciais. O primeiro fator está relacionado ao discurso globalizante, que ao teorizar acerca da homogeneização espacial, traz em contraposição, a diluição da noção da região e suas consequentes divisões.

O segundo fator encontra-se associado à monotonia dos estudos regionais, repetitivos e enfadonhos, que se transformaram numa análise meramente descritiva da divisão regional estabelecida. Tal situação é debatida por Milton Santos (1994), em seu livro “Metamorfose do Espaço Habitado” que, ao criticar as posturas descritivas nos estudos regionais, destaca a necessária relação que o estudo sobre a região deve ter na análise da complexidade de relações, formas e funções, organizações, com seus mais distintos níveis de interação e contradição.

O terceiro fator é definido a partir de mudanças epistemológicas da própria ciência geográfica, ao fazer da natureza e da sociedade dois objetos independentes e distintos, desenvolvendo a segmentação entre geografia física e humana. Assim, a categoria região – na perspectiva da escola francesa, o lugar onde se encontram e interagem fenômenos físicos e sociais – perde sua importância analítica central para outras, como território e o lugar. De acordo com Andrade (1987, p. 42):

Observa-se (...) que o grande geógrafo brasileiro apega-se a dois tipos diversos de regiões, as naturais e as humanas, não procurando fazer a síntese do que seria a região verdadeiramente geográfica, daí afirmar que nas regiões geográficas propriamente ditas, em que levam-se em conta simultaneamente fatos físicos e humanos, as relações entre uns e outros tornam-se demasiado frouxas, visto que não mais se admite o determinismo geográfico.

O quarto fator encontra-se diretamente associado ao foco de nossa pesquisa, pois se refere à relação intrínseca entre região e planejamento. Associa-se o insucesso dos planos de desenvolvimento regional no país ao descrédito do próprio conceito de região. Do conjunto de planos regionais

elaborados pelo Estado a partir da segunda metade do século XX, e o conseqüente descrédito da opinião pública, a abordagem teórica regional que sustentava tais projetos passou a ser também contestada.

Tal situação encontra-se inserida no fato de que o conceito de região passou, com a instrumentalização política a ser usada indiscriminadamente, sem o aporte de uma reflexão teórica sobre o referido. Significa dizer, portanto, que a conceituação de fato tem de negociar com as intencionalidades políticas contemporâneas. Assim, projetos de planejamento regional emergiam no contexto político brasileiro sem a necessária construção teórica acerca da compreensão das pretensões regionais almejadas pelos planos propostos. Como afirma Oliveira (1993, p. 30), “talvez a elaboração mais cuidadosa do conceito de região que se queira introduzir seja a da dimensão política dominante. Isto é, de como o conceito de certas classes ‘fecham’ a região”.

De modo geral podemos definir que grande parte da construção da noção de região perpassa por três critérios intercalados. Um, bastante difundida, corresponde associar o conceito de região à noção de homogeneidade, baseada na integração do território a partir de características uniformes, sejam elas geográficas, econômicas ou sociais. Para Andrade (1987, p.45) a homogeneidade regional corresponde ao espaço contínuo em que cada uma das partes que o constituem apresentem características que as aproximam umas das outras.

Contudo, existem críticas à noção de região homogênea. Damo (2007) enumera, por exemplo, que a homogeneidade sozinha não é condutiva à identidade coletiva por que: i) a menor diferenciação entre grupos pode realçar suas diferenças calcadas em fronteiras cognitivas; e, ii) a homogeneidade reduz o potencial para divisão de trabalho, contribuindo negativamente para o senso de comunidade. Para além disso, Gomes (1995) atenta que a homogeneização presente no discurso globalizante não conseguiu suprimir a diversidade espacial, nem sequer a diminuído.

O segundo critério baseia-se na formação da noção de região com o conceito de polarização, resultante da ação recíproca das atividades sociais e econômicas de uma cidade central (polo) sobre outras, correspondendo à heterogeneidade como um fator de definição regional.

O terceiro critério encontra-se associado à ideia de planejamento, correspondendo à elaboração de critérios político-administrativos empregados como mecanismo de controle ou de ação do estado na formação de “regiões administrativas institucionais” (LOCH, 2000, p. 102). Porém, como tratado anteriormente, a partir da análise do planejamento regional é possível observar as conseqüências de uma utilização indiscriminada e subjetiva do conceito de região. Breitbach (1988) nos lembra de que frequentemente, o conceito de região, subjacente a planos e programas normalmente disponíveis, não ultrapassa em muito as abordagens administrativas no sentido estrito, quer dizer, a mera delimitação territorial do espaço.

Ora, tal noção não contempla a realidade social em seu conjunto, nem as relações dessa com o espaço, prejudicando a percepção da realidade e comprometendo a qualidade dos diagnósticos a partir daí elaborados. Os planejadores deparam-se, então, com a necessidade de "controlar" as desigualdades regionais num contexto capitalista, o qual, devido à sua própria natureza, as produz e reproduz sistematicamente, como condição essencial de sua sobrevivência. Frente a uma realidade que se impõe com firmeza, a percepção dos planejadores perde profundidade na medida em que eles não dispõem sequer de instrumentos teóricos adequados para a compreensão da realidade com a qual se deparam e na qual visam interferir (BREITBACH, 1988, p. 19).

Sobre essa temática, o Quadro 1 apresenta uma síntese dos domínios clássicos e critérios na construção conceitual de Região. A partir dessa síntese refletiva, é possível observarmos que o vetor político se encontra presente ao longo do processo de construção regional, seja como função de planejadora de novas regiões ou mesmo como organizadora das regiões – pensadas enquanto unidades

administrativas –, resultando, por exemplo, em forças vetoriais para a compreensão dos campos imagéticos do lugar simbólico.

**Quadro 1** – Fatores de complexidade e critérios na construção conceitual de região

Domínios clássicos	Localização e extensão	Referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial.	Fonte: Adaptado de Gomes (1995)
	Unidade administrativa	Divisão regional pensada como meio pelo qual se exerce frequentemente a hierarquia e o controle da administração dos Estados.	
Tipos	Região Homogênea	Espaço contínuo, voltada para a integração espacial por bases uniformes (geográfica, econômica ou social) aproximando-as sob a proposição de uma unidade coletiva.	Fonte: Adaptado de Breitbach (1988)
	Região Polarizada	Aposta na interdependência existente numa área a partir do poder de atração de uma cidade (polo dominante), e a conseqüente heterogeneidade desta com as demais.	
	Região Plano	Tem um caráter operacional que expressa um espaço submetido a uma decisão. Resultado do conjunto de ações político-administrativas como forma de intervenção na organização do espaço.	

**Fonte:** Criado a partir de Gomes (1995) e Breitbach (2010).

Assim, a região é inserida, paulatinamente, por meio de práticas e discursos, imagens e textos que podem ter, ou não, relação entre si. Complementa Albuquerque Júnior (2009, p. 46):

A verdade sobre a região é constituída a partir dessa batalha entre o visível e o dizível. (...) Nem sempre o enunciável se torna prática e nem toda prática é transformada em discurso. Os discursos fazem ver, embora possam fazer ver algo diferente do que dizem (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.46).

O trato da construção regional em prol da organização, enquanto base para a definição e exercício do controle na administração dos Estados e de suas subunidades não é prática recente. É possível observar tal configuração desde o fim da Idade Média, por exemplo, quando as divisões administrativas foram as primeiras formas de divisão territorial presentes no desenho dos mapas (GOMES, 1995).

Haesbaert, em seu livro *Regional-Global* (2010), apresenta um quadro síntese dos princípios de regionalização, nomeado como princípios tradicionais, que delinea as características das funções homogêneas e de polarização que dominaram o debate regional. Longe de apresentar uma visão dicotômica, esses dois princípios regionais, conforme é possível observar na síntese do Quadro 2, apresentam um caráter de complementação dialética ao método regional.

**Quadro 2 – Princípios tradicionais de regionalização**

	<b>Princípio Regional da Homogeneidade ou Uniformidade</b>	<b>Princípio Regional da Coesão Funcional ou da Polarização</b>
Propriedades básicas	Uniformidade ou semelhança de características (fisionômicas ou paisagísticas numa perspectiva mais empirista, “formais” ou quantitativas numa perspectiva mais racionalista).	Fluxos e relações de organização/conexão (de complementaridade numa abordagem mais conservadora, de dominação numa perspectiva mais crítica).
Configuração espacial típica	Áreas ou zonas justapostas. Fronteiras/limites relativamente claros, não admitindo sobreposição.	Nós ou polos e fluxos – redes (pontos e linhas). Fronteiras/limites pouco definidos, admite sobreposições.
Método de regionalização/ análise regional predominante	Descrição e/ou classificação de lugares ou de áreas.	Medição e análise da direção e intensidade dos fluxos a partir das conexões urbanas.
Limitações	Prioriza a homogeneidade e a estabilidade, a extensão (uniforme) dos fenômenos, subvalorizando a mobilidade e a fluidez.	Sobrevaloriza fenômenos dotados de maior mobilidade ou organização em rede, menosprezando aqueles mais bem expressos em termos de área ou extensão e os de ordem simbólica.

**Fonte:** Adaptado de Haesbaert (2010, p. 134).

Em conjunto com o desenvolvimento do planejamento regional, sobretudo a partir dos anos 1970, a região passa a abranger novas funcionalidades no âmbito das políticas públicas, enquanto a ciência geográfica passa consideravelmente a ignorá-la enquanto conceito-base do pensamento científico. Desse modo cria-se uma complexidade de via dupla, pois enquanto cresce o uso do conceito regional no final do século XX, reduz-se a reflexão em torno de compreendê-la.

### 3. CONSIDERAÇÕES SOBRE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

No sentido lato, o termo planejamento proporciona uma gama de significações que permitem sua utilização em uma grande diversidade de aplicações. No intuito de tratar esse termo voltado para o ambiente das políticas públicas, recorreremos ao termo planejamento tratado enquanto “processo ordenado e sistemático de decisão que antecipa o futuro e define ações que viabilizam objetivos que se pretende alcançar” (MIRANDA, 1996, p.73).

Um dos primeiros grandes nomes do campo do planejamento a abordar o conceito de planejamento regional foi o biólogo e filósofo escocês Patrick Geddes. Para este pesquisador a região era mais do que um objeto de levantamento; deveria ser base da reconstrução total da vida social e política (MELLER, 1990). Influenciado pelos estudos regionais de Vidal de La Blache, Geddes propunha a influência das novas tecnologias e seus produtos no planejamento. Tal configuração, provocaria “ao mesmo tempo o espalhamento horizontal e a fusão de centros urbanos como Londres, Manchester, Nova York e Boston” (MORENO, 2002, p. 47), formando novos complexos regionais. Geddes destaca também o potencial da inserção do espaço urbano na escala regional, estabelecendo vínculos entre o natural e o urbano, formando uma complexa teia de relações espaciais à serviço da sociedade, dando origem ao conceito de cidade-região.

Os estudos empreendidos por Geddes (1915; 1925) sobre a relação entre cidade, região e planejamento, influenciou um novo conjunto de teóricos a buscar compreender a cidade para além

dos seus limites convencionais, passando a considerar a tratar o conceito do *urban sprawl* (expansão urbana). Hortêncio (2015, p. 5), ao analisar os estudos sobre região de Geddes, atenta que:

O estudo da região permite a compreensão do ambiente em que vive o homem. Há uma influência decisiva da cidade na transformação do território, para tanto o planejamento necessita de um estudo que abrange desde o solo e subsolo, o clima e a vida silvestre, os recursos naturais e os assentamentos humanos, com suas exigências econômicas e sociais.

De modo geral, no continente europeu a noção de planejamento regional surge no início do século XX a partir da percepção das desigualdades regionais existentes em alguns países como França, Alemanha e Itália, como entrave ao fortalecimento dos Estados-nações. Nesse sentido, as regiões deprimidas, caracterizadas pelo elevado índice de pobreza, miséria, desnutrição, mortalidade, analfabetismo, desemprego e infraestrutura socioeconômica, apresentam-se como foco de projetos de inclusão socioeconômica dessas áreas nos países que se encontravam em estruturação.

Assim, os primeiros planejamentos regionais modernos surgiam objetivando integrar as regiões deprimidas existentes no território europeu a fim de integrá-las nos projetos de Estados-nações. A ideia da necessidade de uma abordagem holística e evolucionária da concepção regional foi partilhada com Lewis Mumford, que juntamente com Henry Wright, Clarence Stein, Stuart Chase e Benton MacKaye fundaram a Regional Planning Association of America, tendo importante papel na elaboração dos primeiros planos regionais norte-americanos, notadamente o de Nova York e Chicago.

A perspectiva do planejamento regional proposto por Geddes toma escopo nos Estados Unidos a partir de um conjunto de políticas econômicas e sociais organizadas pelo então presidente Franklin Roosevelt, denominada de *New Deal*. Consistindo de uma série de projetos a fim de reestruturar a economia norte-americana após a crise de 1929, o *New Deal* representou também a afirmação do Estado como agente de controle socioeconômico.

Tal corrente teórica ficou conhecida como o keynesianismo – em homenagem ao economista inglês John Maynard Keynes – que, a partir do livro *General theory of employment, interest and Money* (KEYNES, 1997), fundou o princípio da intervenção estatal no ciclo econômico capitalista. As ideias de Keynes tiveram influência na elaboração de projetos de intervenção do poder estatal com o objetivo em corrigir a desigualdade regional norte-americana com a inserção da atividade industrial.

O Tennessee Valley Authority, ou simplesmente TVA, foi a primeira experiência efetiva de planejamento regional norte-americana. Implementada em 1933, o programa de desenvolvimento regional do vale do Tennessee, área que correspondente os Estados do Mississippi, Kentucky, Virgínia, Carolina do Norte, Geórgia e Tennessee, correspondeu a uma série de planos com o objetivo de recuperar a economia da região, como a construção de hidrelétricas, pontes e rodovias.

A perspectiva de intervenção estatal por meio do aparelhamento industrial é corroborada por François Perroux (1967), a partir do conceito de polo de crescimento. Para este autor, polo de crescimento é o local onde se encontra situada uma indústria-chave, ou indústria motriz, capaz de atrair um conjunto maior de atividades e serviços. Assim o planejamento regional emerge enquanto região motriz, ou seja, a área de influência estabelecida pelo alcance da atividade industrial.

É interessante observar nas considerações de Perroux – ao tratar da tríade região-indústria-recursos naturais – que igualmente como os recursos são estabelecidos de modo desigual no espaço, assim também é a atividade industrial apropriadora desses recursos, resultando na capacidade de crescimento heterogêneo do planejamento regional. Tal situação tem em conta que cada “região possui um recurso natural potencial e cada época contém em si a inovação que transforma o recurso potencial em recurso efetivo, cada região é sucessivamente impulsionada pela inovação que lhe diz respeito” (PERROUX, 1967, p.232).

Cabe observar na análise de Perroux que o termo região ultrapassa a simples noção econômica. Percebemos o interesse do autor em associar esse conceito como um fenômeno concreto,

constituído de passado e de fluxos de ações. Como afirma Rolim (1982, p. 582): “Fica-se com a impressão que o autor não tinha preocupações maiores com os rebatimentos no espaço geográfico (ou vulgar) de seus conceitos. O conceito de região econômica nunca foi relevante para ele, que as encarava como um fato”.

Mesmo com o interesse em dinamizar a noção de região, os conceitos de Perroux sobre a noção de polos de crescimento e região motriz são redarguidas na atualidade. Autores como Santos (2003) contestam essa teoria, afirmando que tal concepção regional é seletiva, não levando em consideração a realidade existente. Assim, a inserção de equipamentos industriais não é capaz de eliminar a pobreza, já que as indústrias motrizes não conseguem suprimir a busca de empregos ao ponto que possibilite o desenvolvimento sócio econômico da região.

Frente à perspectiva histórica do planejamento regional, podemos definir, portanto, que este possui uma estrutura fundamental: a ação do Estado, articulado a partir de um conjunto de mecanismos voltados para transformação de dada porção do espaço segundo seus interesses. O próprio conceito de região vem trazer sob essa concepção o fator político, como afirma Castro (1994, p.73):

De qualquer forma, se a região é um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, se ela coloca em jogo comunidades de interesses identificadas a uma certa área e, finalmente, se ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central, parece que estes elementos devem fazer parte desta nova definição em lugar de assumirmos de imediato uma solidariedade total com o senso comum que, neste caso da região, pode obscurecer um dado essencial: o fundamento político, de controle e gestão de um território.

O ato de planejar direciona-se dessa forma ao processo de distribuição, por sobre o território, dos elementos e fatores de produção, bem como a administração dos recursos e dos meios em função de determinados objetivos, previamente estipulados (CARDOSO, 1973). Num quadro geral, é possível compreender a prática do planejamento a partir da necessidade de reestruturação das relações, a partir de uma complexa estrutura de intervenção estatal.

[...] as duas faces conexas do planejamento são a estrutura econômica e a estrutura de poder. Mas os planejadores não tratam, em geral, senão das relações e processos relativos à estrutura econômica. Aliás, pode-se dizer que, em última instância, o planejamento é um processo que começa e termina no âmbito das relações e estruturas de poder (IANNI, 1986, p. 309).

Ao ponderar o Estado como principal ator na tomada do planejamento regional, coloca-se em xeque a capacidade da ampla participação na tomada de decisões entorno da constituição do processo regional. Nesse sentido, amplia-se o debate acerca do tratamento da região sobre o ponto de vista do seu desenvolvimento, incorporando nessa perspectiva os diversos agentes moldadores da gênese regional.

Segundo Haesbaert (2010), o parcial fracasso dos planejamentos regionais do início do século XX é corroborado ao se verificar a participação quase que unilateral do Estado na elaboração dos programas de investimentos e organização dos projetos regionais. Contudo, sob o prisma da tomada por mudanças de ordem social, econômica e política tidas desde os debates elencados sobre os limites do crescimento econômico e as possíveis ações para um mundo menos desigual, em nome das presentes e futuras gerações, a noção de planejamento se reestrutura. Sob o contexto de trazer à tona um outro meio de se conceber o processo de planejamento espacial, passa-se a inserir o discurso do desenvolvimento aplicado à regionalização: emerge a noção de desenvolvimento regional.

Esteve (2000) atenta que o conceito de desenvolvimento surge indissociável das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Sob o ponto de vista histórico, a

associativa desenvolvimento-região encontra-se marcada, por exemplo, na filosofia do protetorado colonial britânico, ao qual sustentava que seria necessário assegurar níveis mínimos de saúde, nutrição e educação aos nativos. Tal situação possuía um duplo mandato: “o conquistador deveria ser capaz de desenvolver a região conquistada economicamente e, ao mesmo tempo, aceitar a responsabilidade de cuidar do bem-estar dos nativos” (ESTEVA, 2000, p. 64).

Trazendo para a realidade brasileira, a construção conceitual do planejamento regional traz à tona a ideia de que a sociedade local passe a ser pensado de modo contínuo, a partir do conjunto de aspectos e signos sociais, econômicos e culturais. A visão de desenvolvimento passa a reclamar maior atenção às “forças endógenas do sistema regional” (GOMES, 2005, p.9), bem como o tecido sociocultural existentes nas regiões.

O desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social. Desenvolvimento nada mais é que o crescimento – incrementos positivos no produto e na renda – transformado para satisfazer as mais diversificadas necessidades do ser humano, tais como: saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, dentre outras (OLIVEIRA, 2002, p.40).

Ao inserir o termo desenvolvimento na perspectiva regional pressupõe-se um paralelo com crescimento econômico. Ao diferenciar tais conceitos, podemos definir de modo geral que enquanto o crescimento refere-se ao quantitativo, o desenvolvimento encontra-se sob o ponto de vista teórico integrado a qualidade de vida da sociedade, como esclarece Theis (2001, p. 214):

Se utilizarmos o conceito de desenvolvimento, então queremos nos referir a um processo que, compreendendo uma eficiente alocação de recursos, conduz a um crescimento sustentável do produto agregado, no longo prazo, promovido pelo emprego de mecanismos econômicos, sociais e institucionais, com vistas a um rápido incremento dos níveis de vida, sobretudo das populações mais pobres, em particular das localizadas em regiões periféricas.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento regional é edificado sob a lógica da materialização da ótica econômica, cultural e social, referindo-se ao processo político que impulsiona o crescimento, com objetivos locais.

Assim, empregamos o conceito de desenvolvimento regional querendo nos referir ao processo de acumulação que tem lugar no espaço de uma dada região. Essa compreensão do conceito envolve dimensões que as teorias tradicionais sobre desenvolvimento regional desconsideram. Atualmente, aponta-se para certa flexibilidade, que se opõe à rigidez das formas clássicas de concepção da organização de um dado território. Tomam-se em conta os fenômenos mais recentes de diversificação e enriquecimento das atividades sobre o território com base na mobilização de seus próprios recursos (naturais, humanos e econômicos) e energias. (THEIS, 2001, p. 215-216).

A vanguarda na elaboração de planos de desenvolvimento regional foi tomada sobretudo no continente europeu a partir dos anos 1970, com destaque para as experiências britânica e espanhola. Porém, é possível notar que tais proposições se encontram alinhados à perspectiva do crescimento econômico, já que sob o ponto de vista prático-operacional pouco se diferenciava da política tradicional de planejamento exercido no início do século passado.

Assim, Sachs (1997) afirma que o planejamento sob a perspectiva do crescimento econômico, apesar de uma condição necessária, de forma alguma é suficiente, tendo o papel do

desenvolvimento incluir a dimensão ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial de modo inter-relacionada, formando um todo.

O desenvolvimento, distinto do crescimento econômico, cumpre esse requisito, na medida em que os objetivos do desenvolvimento vão bem além da mera multiplicação da riqueza material. O crescimento é uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente (muito menos é um objeto em si mesmo), para se alcançar a meta de uma vida melhor, mais feliz e mais completa para todos. (SACHS, 2004, p. 32).

Cabe notar que as considerações de Sachs sobre desenvolvimento aparecem associadas ao campo do desenvolvimento sustentável, que passa a abordar o método regional enquanto locus espacial na busca pela equidade social e bem-estar. Nesse sentido, o papel do Estado é reestruturado, saindo de um delimitador regional, para o promotor de políticas regionais que incluam projetos de desenvolvimento regional, notadamente por meio de programas de “informação, formação e educação” (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006, p.37). Passa a caber também ao Estado, a promoção de uma reestruturação dos serviços sociais, de modo a buscar atender as necessidades básicas da população, porém limitando seu poder na gestão das iniciativas locais, por meio de um planejamento de cunho participativo. Diante da onda desenvolvimentista presente nas últimas décadas do século XX, o conceito de desenvolvimento regional se reinventa, com destaque em diversas ações de planejamento em todo o mundo, sendo sinonímia de “uma mudança favorável, preocupada com o social” (ESTEVA, 2000, p. 64).

Ao longo da segunda metade do século XX, programas de pós-graduação em desenvolvimento regional são elaborados, sobretudo nos Estados Unidos (ISARD, 2003), fruto da generalização da prática do planejamento de políticas regionais naquele país (DINIZ, 2009). Em estudos empreendidos por Sthor (1972), foram relacionados setenta e três programas de desenvolvimento regional elaborados nos países da América Latina. No Brasil, percebe-se a inserção dos projetos macrorregionais, que deram origem as superintendências de desenvolvimento, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em 1959, a da Amazônia (Sudam) em 1966, a do Centro-Oeste (Sudeco) em 1967, e a da região Sul (Sudesul), também em 1967.

Desde então, os usos do conceito regional suplantam a mera política de divisão macro e mesorregional, passando a servir também como ambiência para os mais diversos projetos de planejamento estatal. Assim temos, por exemplo, a elaboração em 2003 do Plano Nacional de Turismo (PNT), ao qual toma a estéril conceituação que se tornou a região num invólucro para políticas públicas de âmbito nacional. O referido plano traz o conceito de região sob o pretexto de promover a segmentação da atividade turística por meio de uma gestão descentralizada, com a formação de fóruns estaduais de turismo. Na prática, porém, a inserção da configuração regional emerge enquanto uma estrutura construída de cima para baixo, direcionada enquanto mais uma ferramenta mercadológica de atração, carregada sob a construção de um arcabouço cultural regionalista, sendo ofertado como mais um produto a ser consumido pelo turista.

Por meio do PNT-2003 é dado início também a instalação do Programa de Regionalização do Turismo. Elaborada em 2004, a partir da formação de regiões a serem estabelecidas como referências espaciais para o direcionamento do planejamento turístico, esta projeção é claramente influenciada pelas micro e mesorregiões geográficas, propostas na década de 1990. A Figura 1 nos permite visualizar a abrangência da distribuição das regiões propostas no referido programa ao longo do território brasileiro.

**Figura 1** – Distribuição das regiões turísticas brasileiras

Fonte: Adaptado de Brasil (2007).

Analisando o PNT-2003 é possível notar, em linhas gerais, que a referida proposição avança na seara de construção de uma política pública pautada na integração regionalizada. No entanto, recua na ausência de um debate que evoque a necessidade de considerar o turismo como bem social generalizado. Sob esse modelo de ordenamento regional, o processo de turistificação dos lugares pode resultar, segundo Oliveira (2008, p. 22):

(...) numa insubordinação generalizada à lógica territorial, representar um atentado ou uma revelação diante dessa trama. Atentado quando entra em choque com a perspectiva de desenvolver mantendo as estruturas de poder local/regional. E revelação, mediante o fato de que esse desenvolvimento conservado, amiúde, não é sustentável.

Tais regiões surgem fruto da formação dos programas para o desenvolvimento do turismo macrorregional, ao qual foram segmentados semelhante à política macrorregional brasileira, a saber:

- a) Prodetur Sul (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Sul do Brasil);
- b) Prodetur JK (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Centro e Sudeste do país);
- c) Proecotur (Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal), primeiro a tratar sobre a atividade turística na região Norte;
- d) Prodetur Norte (Programa de Ação Para o Desenvolvimento do Turismo no Norte do Brasil), segunda etapa do programa de turismo da região Norte;
- e) Prodetur Nordeste, redefinido como Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste do Brasil.

Apesar desses programas não terem surgidos juntamente com o PNT-2003, eles vêm encontrar nesse plano espaço para inserirem-se na base do planejamento nacional, dado a opção pela escala regional adotado pelo Ministério do Turismo na estrutura da organização da projeção do turismo para os anos de 2003 a 2007.

## CONCLUSÕES

É particularmente um desafio propor um estudo regional num momento em que, de modo geral, a ciência geográfica verifica ao longo de sua história recente o declínio do uso da seleção regional, dado ao desgaste deste conceito (CUNHA, 2000) sobretudo pelo caráter cada vez mais monográfico dos estudos regionais (RICHARD, 2014). Tal complexidade encontra-se assentada na história recente diante o discurso ideológico de rompimento das barreiras regionais do mundo globalizado associado à perspectiva neopositivista – que acusava a Geografia corológica de “sobrevvalorizar o regional em detrimento do sistemático” (HAESBAERT, 2010, p. 43). Bem como a perspectiva marxista, que de modo geral considera-o um poderoso conceito-obstáculo que “impediu a consideração de outras representações espaciais” (HAESBAERT, 2010, p. 50).

Dessa forma, percebemos a partir da década de 1970 a consolidação do debate regional na ciência geográfica norteada sobretudo sob a lógica do materialismo histórico-dialético. Assim, nota-se a análise do conceito regional enquanto base de enfrentamento teórico da escola crítica frente ao neopositivismo lógico da escola pragmática, abordando a região enquanto base para a reflexão sobre o desenvolvimento desigual do espaço. Sob essa perspectiva, esse conceito rompe a barreira da análise geográfica e passa a despertar o interesse das demais ciências sociais, resultando no que Corrêa (2001) define como o momento de explosão do pluralismo conceitual entorno da região. Contudo, apesar da expansão do debate da região entre as demais ciências, este conceito viu seu espaço afunilar cada vez mais no âmbito dos estudos da Geografia brasileira, ao ponto de ser levado o questionamento sobre sua manutenção no âmbito dos seus conceitos-base (HAESBAERT, 2010).

Assim, percebe-se que enquanto de um lado vislumbrava-se o reducionismo do debate regional no pensamento geográfico brasileiro, de outro nota-se a disseminação desse conceito enquanto base espacial na construção política brasileira. Ora tendo como fundamentação o foco economicista e ora a seleção físico-natural, a região insere-se no plano das políticas públicas de planejamento nacional. Ignorando o arcabouço teórico adquirido na construção de sua formação enquanto categoria de análise, a região passa a adquirir um perfil que mais se assemelha a uma estruturação simbólica de imposição de limites, do que propriamente uma constituição regional.

Do esvaziamento de debates sobre o conceito de região no âmbito das políticas públicas, forma-se uma intrincada barreira diante à temática regional no âmbito da Geografia. Tal situação torna por resultar a região pensada enquanto instrumento de ação estatal com o objetivo de promover formações regionais pautadas por enfoques eventuais para atender os mais variados interesses, bem como conceito-objeto utilizado por planejadores e tomadores de decisão no campo das políticas setoriais de empresas estatais (VAINER, 2007).

Esse dito esvaziamento de conteúdo no debate da região, o confere um aspecto simbólico de guarda-chuva, tendo o seu escopo preenchido por uma gama de finalidades e intencionalidades. Contudo, com a contemporânea crise da globalização (BRESSER-PEREIRA, 2010; MURRAY, 2006), observa-se o retorno dos debates sobre fronteiras e reestruturação de blocos regionais de poder. Nesse contexto, o planejamento regional ressurge, trazendo consigo o necessário retorno à ciência geográfica dos estudos sobre essa categoria de análise.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 2009.

ANDRADE, M. C. **Espaço, polarização e desenvolvimento**: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano nacional de turismo**. Diretrizes, metas e programas. 2003-2007. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://migre.me/dC8EL>>. Acesso em: 24 de jan. 2013.

BREITBACH, Á. C. M. **Estudo sobre o conceito de região**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 1988.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A crise financeira global e depois: um novo capitalismo? **Novos estud.** - **CEBRAP**, São Paulo, n. 86, p. 51-72, 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000100003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

BRITO, T. M. A. **Região**: leituras possíveis de Milton Santos. 2007. 164 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2007.

CARDOSO, F. H. Aspectos políticos do planejamento. In: LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. **Eisforia**, Florianópolis, v. 4, n. especial, dez. 2006, p. 23-47.

CASTRO, I. E. Problemas e alternativas metodológicas para a região e para o lugar. In: SOUZA, M. A. **Natureza e Sociedade de hoje**: uma leitura geográfica. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994.

CLAVAL, P. **An Introduction to Regional Geography**. Nova York: Blackwel, 1998.

CORRÊA, R. L. **Trajétórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CUNHA, L. A. G. Sobre o conceito de região. **Revista de História Regional**. 5(2): 39-56. 2000. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2107>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

DAMO, M. et al. Fragmentação Territorial e os Conflitos no Processo de Desenvolvimento Regional. In: ZAPATA, T. (org.) **Desenvolvimento Local e Participação Social**. Recife: IADH, 2007, p. 05-181.

DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512009000200001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: SACHS, W. (org.) **Dicionário do Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 59-83.

GEDDES, P. **Cities in evolution**: an introduction to the town planning movement and to the study of civics. London: Williams & Norgate, 1915.

\_\_\_\_\_. The Valley in the Town. **Survey**, 54, 396-416, 1925.

GERHARDT, T. E.; RAMOS, I. C. A.; RIQUINIHO, D. L.; SANTOS, D. L. Estrutura do Projeto de Pesquisa. In: GERHARDT, T. E. & SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GOMES, C. F. **Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.

GOMES, P. C. C. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO I. E. de; GOMES, P. C. da C; CÔRREA, R. L. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49- 76.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na Geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HENAO, G. A. C.; REYES, D. L. Los conceptos de región y territorio como aporte a los estudios de la lengua. **Revista Lenguas en contacto y Bilingüismo**. Ed. 2, Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 2009.

HORTÊNCIO, L. M. Cidade-região: revisão de conceitos a partir de uma perspectiva histórica. In: **Anais do XVI ENANPUR**, 2015, p. 1-14. Disponível em: <[http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb\\_dl=175](http://xvienanpur.com.br/anais/?wpfb_dl=175)>. Acesso em: 17 mai. 2017.

IANNI, O. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

ISARD, W. **History of regional science and the regional science association international**. New York: Springer, 2003.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. Nova York: Prometheus Books, 1997.

LEFÉBVRE, H. **Lógica formal/Lógica Dialética**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

LENCIONI, S. Região e geografia: a noção de região no pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A. (Org). **Novos caminhos da geografia**. São Paulo: Contexto, 1999. p. 187-204.

LOCH, C. et al. Definição da Unidade Territorial na Regionalização da Gestão Ambiental em Santa Catarina. In: World congress of rural sociology, 10, 2000, **Anais...**, 2000, Rio de Janeiro. p. 100-109.

MARTIN, R. Teoria Econômica e geografia humana. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

MELLER, H. **Patrick Geddes: evolucionista social e urbanista**. Routledge: Nova York, 1990.

MIRANDA, C. et al. **Planejando o Desenvolvimento Sustentável: a experiência recente do Nordeste**. Brasília: IICA, 1996.

MORENO, J. **O Futuro das Cidades**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MURRAY, W. **Geographies of Globalization**. New York: Routledge, 2006.

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização**. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, F. M. As políticas de turismo no Brasil dos anos noventa. **Turismo em análise**, v. 19, n. 2, 2008. p. 177-200.

OLIVEIRA, F. **Elegia para uma Re(li)gião: Sudene, Nordeste, planejamento e luta de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PERROUX, F. **A economia do século XX**. Lisboa: Herder, 1967.

RICHARD, Y. Integração regional, regionalização, regionalismo: as palavras e as coisas. **Confins [Online]**, 20, 2014. Disponível em: <<http://confins.revues.org/8939>>. Acesso em: 17 mai. 2017.

ROLIM, C. F. C. Espaço e Região: retorno aos conceitos originais. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 9., 1982, Águas de São Pedro. **Anais...**, Brasília: ANPEC, 1982. p. 38-45.

SACHS, I. **Desenvolvimento incluyente, sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível. **Estudos Avançados**. v.11, n. 30, p. 213-242, 1997.

SANTOS, M. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. São Paulo: Edusp, 2003.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 1994.

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2002.

SILVEIRA, M. L. A Região e a Invenção da Viabilidade do Território. In: SOUZA, M. A. A. de. (org) **Território brasileiro, usos e abusos**. Campinas: Ed. Territorial, 2003.

STHOR, W. **El desarrollo regional in América Latina: experiências**. Buenos Aires: SIAP, 1972.

SURTEGARAY, D. M. A. **Cadernos Geográficos nº12: notas sobre epistemologia da Geografia**. Florianópolis: Imprensa Universitária, 2005.

THEIS, I. et al. Globalização e Planejamento do Desenvolvimento Regional: o caso do Vale do Itajaí. In: SIEBERT, C. (org.). **Desenvolvimento Regional em Santa Catarina: reflexões, tendências e perspectivas**. Blumenau: EDIFURB, 2001.

VAINER, C. B. Planejamento territorial e projeto nacional: os desafios da fragmentação. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 9, n. 1, maio 2007, p. 9-23. Disponível em: <<http://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/167>>. Acesso em: 28 ago. 2018.

**Data de submissão:** 15.08.2017

**Data de aceite:** 30.10.2018

License information: This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.